

PRAÇAS DA JUVENTUDE: democratização do acesso a equipamentos públicos de esporte e lazer

Maria Luiza Nogueira Rangel*

As políticas para esta área passaram a ser elaboradas por uma nova concepção de gestão pública do esporte e do lazer, na qual as diferentes manifestações esportivas são valorizadas.

Como conceito, o esporte e a prática esportiva são considerados parte integrante de um conjunto de comportamentos saudáveis que deveriam estar presentes no cotidiano da vida da população em geral e, especificamente, como parte de um processo educacional no cotidiano das crianças e jovens. Na antiguidade, a reflexão sobre a educação dos jovens idealizada por Platão (1997) incluía formação do corpo e da alma. Platão, propõe que a educação com a qual se eduquem os jovens seja a mesma com a qual se educam, há muito tempo, os gregos: a ginástica para o corpo, a música para a alma.

Segundo a UNESCO (DECLARAÇÃO, 1999), a cada dólar investido na área do esporte, atividade física ou educação física, há uma economia de 3,2 dólares na área da saúde. O mesmo entendimento pode ser ampliado para outras áreas, por exemplo, a segurança pública.

Embora reconhecida a importância, consagrada em nossa legislação e garantida como direito fundamental, na prática, boa parte das nossas crianças se tornam adultos sem ter tido a oportunidade de pisar em uma quadra, jogar uma bola ou praticar qualquer outra atividade esportiva. A falta de elaboração e implementação de políticas públicas de esporte e la-

Arquivo/MinEsporte



Praça da Juventude inaugurada em maio/2010, no bairro Farolândia, em Aracaju-SE

zer por longas décadas desenhou um mapa excludente para o esporte no país (LIBERATO; SOARES, 2009).

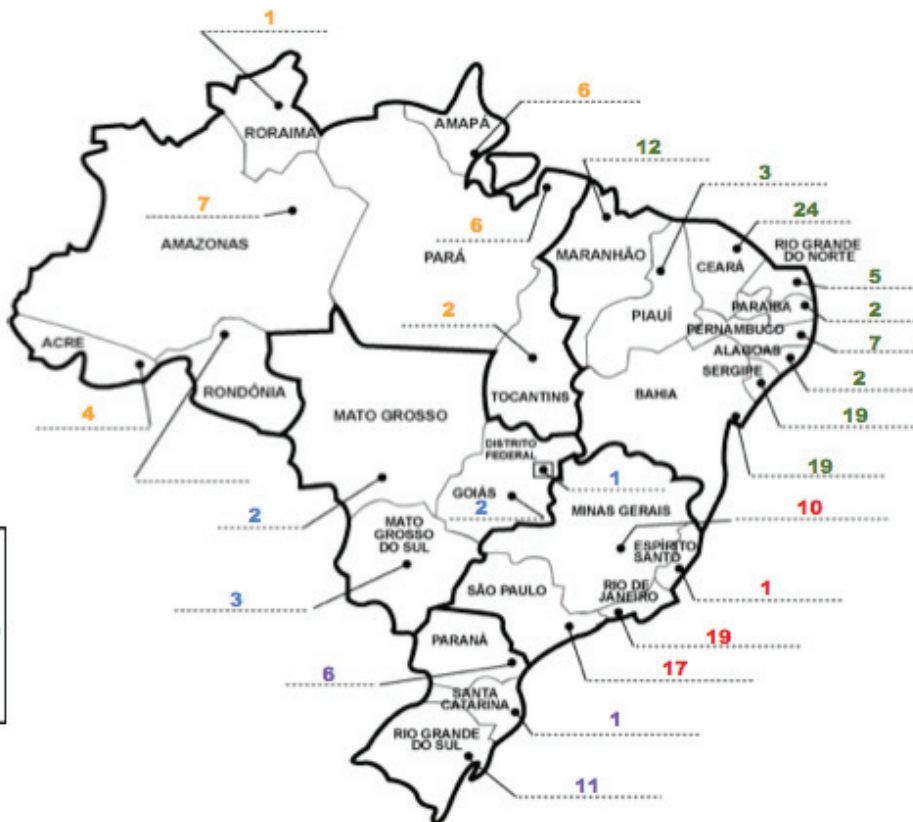
Em 2003, com a criação do Ministério do Esporte (ME), o esporte ganhou uma nova dimensão no cenário político nacional passando a ser identificado como segmento estratégico do governo federal. Como desdobramento, as políticas para esta área passaram a ser elaboradas por uma nova concepção de gestão pública do esporte e do lazer, na qual as diferentes manifestações esportivas são valorizadas, entre elas: o desenvolvimento do esporte de alto rendimento, das ações de inclusão social por meio do esporte, da programação

e execução de projetos ligados ao esporte educacional e à conjugação orgânica entre o esporte e o lazer em todas as regiões brasileiras.

As políticas públicas de esporte e lazer concebidas e implantadas pelo Ministério do Esporte estão sustentadas em três fatores básicos: garantir à população brasileira o acesso gratuito às práticas esportivas; utilizar, sistematicamente, o esporte e o lazer como fatores de melhoria da qualidade de vida; e introduzir, de forma sistemática e regular, o esporte e o lazer na promoção do desenvolvimento humano em todos os segmentos sociais e em todas as regiões do país.

PRAÇAS DA JUVENTUDE PELO BRASIL

Entre 2008 e 2010, foram conveniadas 192 Praças da Juventude



Mesmo não tendo como foco central o segmento jovem, nos últimos sete anos, o Ministério do Esporte desenvolveu uma série de programas e projetos com características específicas e voltados às necessidades da juventude brasileira. Ações que beneficiam diferentes atores coletivos da sociedade civil e que alcançam as reflexões sobre a problemática juvenil, incidindo diretamente sobre a juventude.

Podemos citar diferentes programas: Esporte e lazer da Cidade, Pintando a Cidadania, Pintando Liberdade, Bolsa Atleta, Descoberta de Talentos Esportivos, Núcleos de Esporte de Base (para especialização do treinamento de formação esportiva); e Centros Regionais de Treinamento (para descentralizar o aprimoramento de atletas de alto nível), Segundo Tempo¹ e Praças da Juventude.

Quanto aos programas Segundo Tempo e Praças da Juventude, podemos dizer que o primeiro dialoga com diferentes atores, mas beneficia diretamente crianças, adolescentes e jovens no contraturno escolar. Já a praça da juventude teve como inspiração a criação de um espaço físico

que pudesse se tornar um ponto de encontro, de referência para a juventude desenvolver diversas atividades, entre elas as de esporte e lazer. Mas, mesmo sendo dedicada à juventude, a filosofia da praça é tornar-se um espaço intergeracional beneficiando a população em geral: crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos.

A preocupação fundante na elaboração de políticas públicas de infraestrutura esportiva como as Praças da Juventude e as Praças do PAC é democratizar o acesso à prática esportiva e às atividades de lazer a uma parcela da sociedade que não tem acesso a equipamentos esportivos, porque estes, durante muito tempo, foram concentrados em clubes e condomínios privados. Em outras palavras, tornaram-se inacessíveis à maioria da população.

Uma das diretrizes no momento de criação do Ministério do Esporte foi ampliar a infraestrutura esportiva no país, a fim de democratizar o acesso à prática esportiva e às atividades de lazer. O déficit de equipamentos públicos de esporte e lazer foi, com destaque, um dos principais problemas apontados nas três edições da Conferência

O acesso a espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer reflete as desigualdades sociais do país. Durante décadas, o que prevaleceu foi a concentração da infraestrutura esportiva em clubes privados, condomínios fechados ou bairros de elite.

Nacional do Esporte (2004, 2006 e 2010) e também na Conferência Nacional de Juventude (2008). O acesso a espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer reflete as desigualdades sociais do país. Durante décadas, o que prevaleceu foi a concentração da infraestrutura esportiva em clubes privados, condomínios fechados ou bairros de elite, o que favorecia a uma pequena parcela da população.

Diante do desafio de ampliar a oferta de espaços públicos para a prática esportiva e o lazer, o Ministério do Esporte buscou dados oficiais, mas até o momento nenhum levantamento havia sido feito. Para conhecer a es-

trutura esportiva e de lazer existentes nos municípios do país, realizou-se um diagnóstico, iniciado em 2004, em conjunto com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Suplemento de Esporte, relato dos dados coletados pelo IBGE em 5.561 municípios brasileiros, explicitou a precariedade da infraestrutura pública no país.

Para reverter o déficit de equipamentos esportivos, o Ministério do Esporte mobilizou recursos adicionais para reforço de dotação orçamentária e desenvolveu estratégias para melhorar a execução e diminuir o tempo das obras. Entre elas, reuniões técnicas regionais para orientação dos gestores estaduais e municipais quanto aos procedimentos para execução dos projetos aprovados. Atualmente, cerca de 66% do orçamento do ministério é aplicado na construção de equipamentos públicos esportivos. Em 2010, o orçamento do Ministério do Esporte totalizou R\$ 1,5 bilhão, dos quais R\$ 1 bilhão está voltado para a implantação e modernização de infraestrutura esportiva.

Entre 2003 e junho de 2010, foram investidos R\$ 2,9 bilhões em mais de 12,5 mil contratos para a reforma de equipamentos ou construção de novos. As obras contratadas referem-se à implantação e modernização de infraestrutura para o esporte recreativo e de lazer e ao desenvolvimento do esporte educacional e de alto rendimento. Isso abrange a construção

de quadras, ginásios, piscinas, pistas de atletismo, laboratórios, centros de treinamento, Praças da Juventude, equipamentos em escolas do ensino fundamental e médio e em instituições de ensino superior, bem como a implantação de estruturas para a realização de competições e grandes eventos nacionais e internacionais. Destes equipamentos destacam-se: a construção de quadras de esporte (5.220 obras), ginásios (1.307 obras), estádios (836 obras), vilas olímpicas (33), complexos esportivos (384), campos de futebol (683), pistas de atletismo (72), Praças da Juventude (192) entre outros.

O projeto Praça da Juventude foi criado em 2007 com o objetivo de levar um equipamento esportivo público e qualificado para a população, e ao mesmo tempo pudesse tornar-se ponto de encontro e referência da juventude. Mais do que um espaço físico para a prática de esportes, a Praça da Juventude é uma área de convivência comunitária onde são realizadas também atividades culturais, de inclusão digital e de lazer para a população de todas as faixas etárias.

O desenvolvimento de um projeto estruturante ajudou a direcionar as emendas parlamentares para uma ação capaz de gerar uma nova proposta de ponto de encontro e diversão para juventude. Entre 2008 e 2010, foram conveniadas 192 Praças da Juventude e, só em 2010, o Ministério já recebeu mais de 500 pedidos de estados

Atualmente, cerca de 66% do orçamento do ministério é aplicado na construção de equipamentos públicos esportivos.



O projeto Praça da Juventude foi criado em 2007 com o objetivo de levar um equipamento esportivo público e qualificado para a população e, ao mesmo tempo, pudesse tornar-se ponto de encontro e referência da juventude.

e municípios. Apesar de ter juventude no nome, o projeto tem se destacado pelo caráter intergeracional. Idosos, crianças, adultos e jovens tem encontro marcado diariamente nas Praças já inauguradas (Aracaju, em Sergipe, e Mogi Guaçu, em São Paulo).

Concebido pelo Ministério do Esporte e implementado em parceria com governos estaduais e municipais, o projeto Praça da Juventude conta ainda com a parceria do Ministério da Justiça, por intermédio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). O Pronasci oferece condições para que as Praças da Juventude possam consolidar-se como organizações efetivas e integradas à vida comunitária. Existe uma forte complementaridade entre esses dois programas quanto aos seus objetivos de educar, ressocializar e apoiar jovens em situação de vulnerabilidade social.

Cada Praça da Juventude custa, em média, R\$ 1,7 milhão. O investimento total no projeto é superior a R\$ 215 milhões. As Praças da Juventude estão distribuídas nas cinco regiões do país, com maior concentração nas regiões Nordeste (49%) e Sudeste (25%). Das 192 Praças contratadas, 25 tem recursos oriundos do Pronasci.

As Praças da Juventude são construídas em áreas de, no mínimo, sete mil m² e são destinadas a comunidades situadas em espaços urbanos com reduzido ou nenhum acesso a equipamentos públicos de esporte e lazer. As Praças são equipadas com: quadra poliesportiva coberta; pista para salto triplo; pista para salto a distância; pista para caminhadas; quadra de vôlei de praia; área de exercícios e alongamento; campo de futebol *society*; pista para *skate*; teatro de arena com palco; quiosque de alimentação; vestiários/sanitários; arquibancadas; totem; centro de convivência com salas para ginástica, terceira idade, administração, reuniões, sanitários e outros; bebedouros; grama natural/sintética; sanitários com acesso para portadores de necessidades especiais; sistema de iluminação específico para cada pista; paisagismo; e mastro para bandeiras.

Apesar de ter juventude no nome, o projeto tem se destacado pelo caráter intergeracional. Idosos, crianças, adultos e jovens tem encontro marcado diariamente nas Praças já inauguradas (Aracaju-SE e Mogi Guaçu-SP).

O Ministério do Esporte sugere aos municípios que projetem os espaços abertos com o uso de mobiliários urbanos (bancos, postes, lixeiras, piso podotátil, bicicletário, mesas de jogos, *playground* e outros) e de vegetações com áreas de sombras, a fim de qualificar o projeto.

O conceito da Praça da Juventude como espaço não destinado apenas às práticas esportivas e ao condicionamento físico, mas também relacionado à educação, ao lazer e recreação, à integração social, à ressocialização de pessoas, à saúde e à qualidade de vida, fez com que, em 2010, o Ministério do Esporte se unisse aos ministérios da Cultura, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Justiça, do Planejamento, do Trabalho e Emprego e ao Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital. O objetivo era desenvolver um projeto que integrasse, em um único equipamento, atividades e serviços culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital. A parceria interministerial criou, então, o projeto Praças do PAC, que passou a integrar a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) no Eixo Comunidade Cidadã, assim como outros equipamentos sociais de saúde, educação e segurança pública.

Entre 2011 e 2014, está prevista a construção de 800 Praças do PAC, sendo que na primeira seleção (2010) serão contempladas 400 propostas. O governo federal prevê o investimento de R\$ 1,6 bilhão em quatro anos e os recursos são do Orçamento Geral da União (OGU). As Praças do PAC destinam-se a municípios integrantes dos Grupos I e II do PAC 2 e o Distrito Federal. Por ter como prioridade atender regiões com alto índice populacional e baixa renda, as Praças do PAC qualificam os locais onde serão implantadas, oferecendo à população acesso a atividades e serviços diversificados.



Modelo I da Praça destinado exclusivamente a áreas de povoamento muito adensado, em que não há disponibilidade de terrenos mais extensos

As inscrições para a primeira etapa do projeto aconteceram de 20 de setembro a 29 de outubro de 2010. Nesse período, o grupo interministerial recebeu mais 700 propostas de estados e municípios de todo o país. A divulgação dos municípios selecionados acontece dia 10 de dezembro de 2010.

Para atender às diferentes características e disponibilidade de espaço nos municípios brasileiros, foram desenvolvidos três modelos de Praças do PAC para terrenos com dimensões mínimas de 700 m², 3 mil m² e 7 mil m².

O modelo de 7 mil m² é composto por cineteatro de 120 lugares, telecentro, biblioteca, salas multiuso, Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, vestiários, quadra de areia, pista de skate, jogos de mesa, espaço criança, quadra coberta poliesportiva, espaço para a terceira idade, anfiteatro, equipamentos de ginástica, kit básico esportivo e pista de caminhada. O modelo de 7 mil m² pode ser solicitado exclusivamente pelo Distrito Federal e por municípios com população superior a 400.000 habitantes. O valor de investimento previsto para este modelo é de até R\$ 3,3 milhões (Referência: Sinapi/Caixa).

O modelo de 3 mil m² prevê a construção de cineteatro de 60 lugares, telecentro, biblioteca, salas multiuso e CRAS, pista de skate, jogos de mesa, espaço criança, quadra coberta, equipamentos de ginástica, kit

básico esportivo e pista de caminhada. O valor de investimento previsto para este modelo é de até R\$ 1,9 milhão (Referência: Sinapi/Caixa).

Já o modelo de 700 m² terá cineteatro de 48 lugares, biblioteca, telecentro, CRAS, salas multiuso, pista de skate, equipamentos de ginástica, kit básico esportivo e jogos de mesa. Esse modelo destina-se exclusivamente a áreas de povoamento muito adensado em que não há disponibilidade de terrenos para a construção dos modelos de 7 mil e 3 mil m². O valor de investimento previsto para esse modelo é de até R\$ 1,9 milhão (Referência: Sinapi/Caixa).

É pré-requisito para a construção de uma Praça do PAC a disponibilidade de terreno em localização, condições de acesso e características geotécnicas e topográficas adequadas para a implantação do projeto. Como contrapartida o governo federal exige de estados e municípios o compromisso com a gestão, funcionamento e manutenção do equipamento.

Terão prioridade os estados e municípios que apresentarem maior déficit de equipamentos culturais, esportivos e de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS); maior atendimento à população de baixa renda; proposta de construção de novos equipamentos; maior densidade populacional; complementação de obras de urbanização do PAC ou do Minha Casa, Minha Vida já contratadas; Territórios

da Paz, conjunto de ações do Ministério da Justiça que faz parte do Pronas-ci; e situação fundiária que permita rápido início de obras.

O investimento em infraestrutura esportiva faz parte de um grande movimento de fortalecimento do esporte no país, que culmina com a realização de megaeventos esportivos, como a Copa 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. O objetivo é deixar como legado para a população brasileira uma grande oferta de equipamentos públicos de esporte e lazer.

Neste contexto, as ações desenvolvidas pelo governo federal, por meio do Ministério do Esporte visam, em síntese, reduzir a carência de políticas públicas que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e por lazer, sobretudo daquelas em situações de vulnerabilidade social. Para o Ministério, o papel ocupado pelo esporte e lazer no mundo contemporâneo não pode ser outro senão o de instância de emancipação e desenvolvimento humano. Para tanto, uma das suas modalidades de ação é a construção de equipamentos públicos para a realização de atividades de esporte e de lazer em conjunto com outras atividades que propiciem o desenvolvimento humano e social como parte integrante da vida comunitária. E os projetos Praça da Juventude e Praças do PAC se inserem neste contexto. ❶

* **MARIA LUIZA NOGUEIRA RANGEL** é professora titular em políticas públicas e gestão educacional na Universidade Estadual de Goiás; foi membro do Conselho Nacional de Juventude, nos anos 2006 e 2007. Atualmente, exerce a função de Gerente de Projetos no Ministério do Esporte.

NOTA

❶ O Programa Segundo Tempo beneficiou aproximadamente 3,8 milhões de crianças, adolescentes e jovens entre 2003 e julho de 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DECLARAÇÃO de Punta Del Este. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE MINISTROS E REPRESENTANTES OFICIAIS RESPONSÁVEIS PELA EDUCAÇÃO TERCEIRA FÍSICA E ESPORTE, 3, 1999, Punta Del Este (Uruguai): UNESCO, 1999. Disponível em: <http://www.saudeemovimento.com.br/conteudos/conteudo_exibe1.asp?cod_noticia=196>. Acesso em: 4 nov. de 2010.

LIBERATO, Almir; SOARES, Artemis. Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer: retrospectiva histórica. Manaus: EDUA, 2009.

PLATÃO. A República. Nova Cultural, 1997.